

PARECER PRÉVIO

CONTAS DO GOVERNADOR 2021

Interessado: Governador Camilo Sobreira de Santana

Relatora: Soraia Thomaz Dias Victor

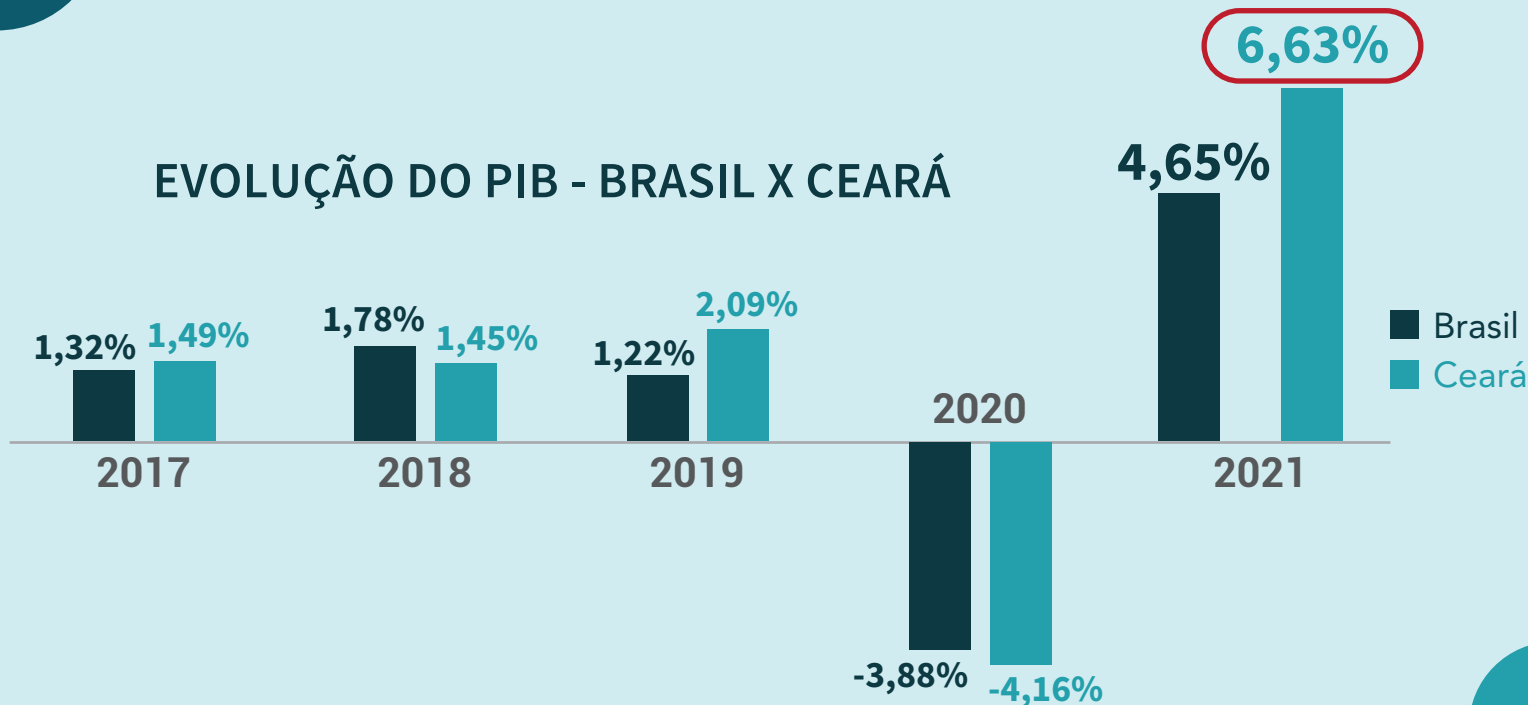
Processo N°: 01734/2022-1



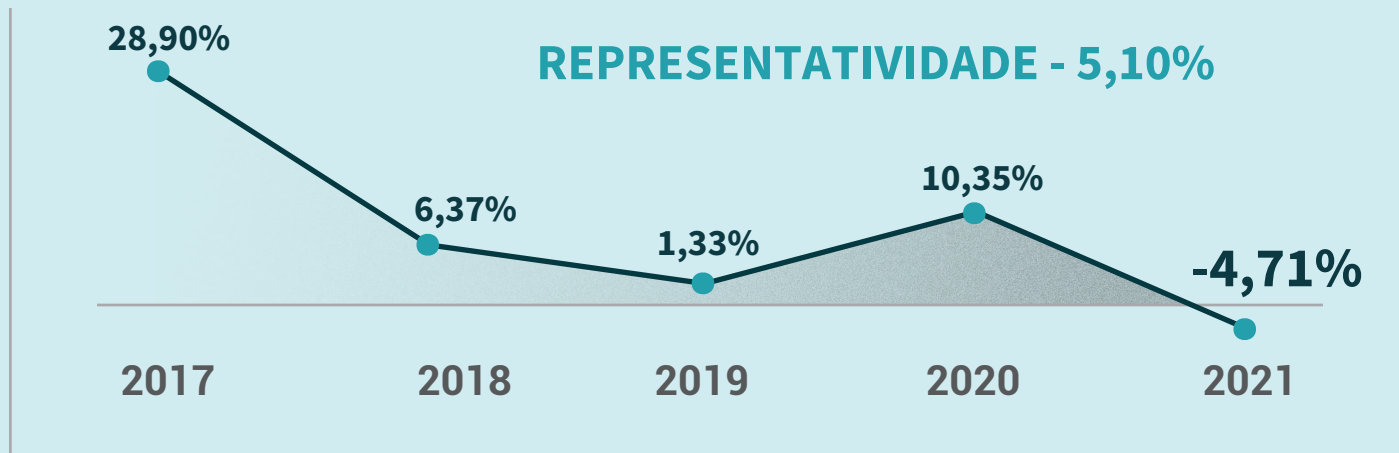
CONJUNTURA SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO CEARÁ EM 2021



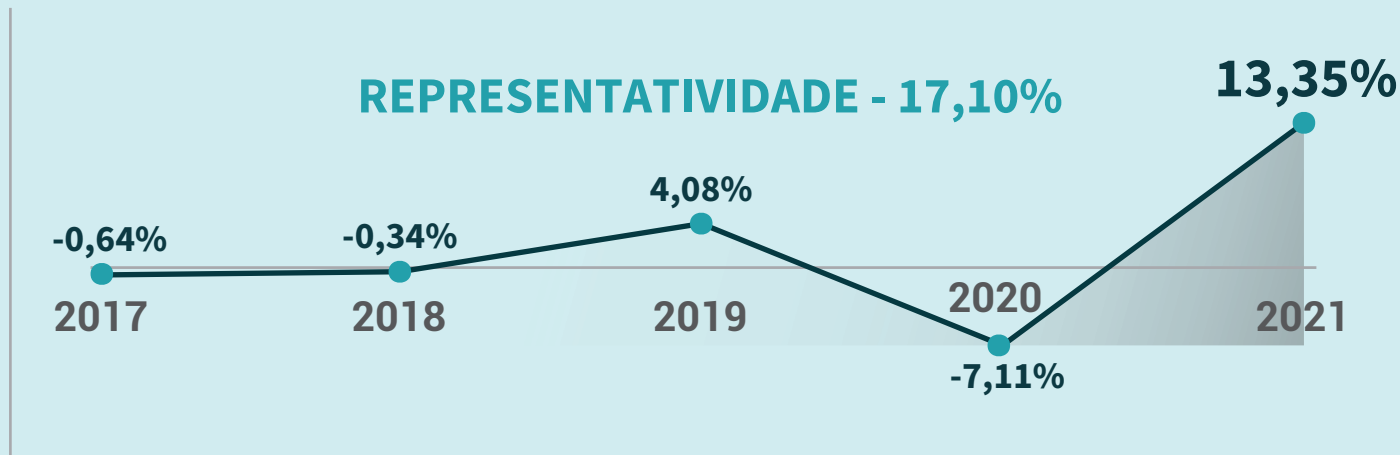
EVOLUÇÃO DO PIB - BRASIL X CEARÁ



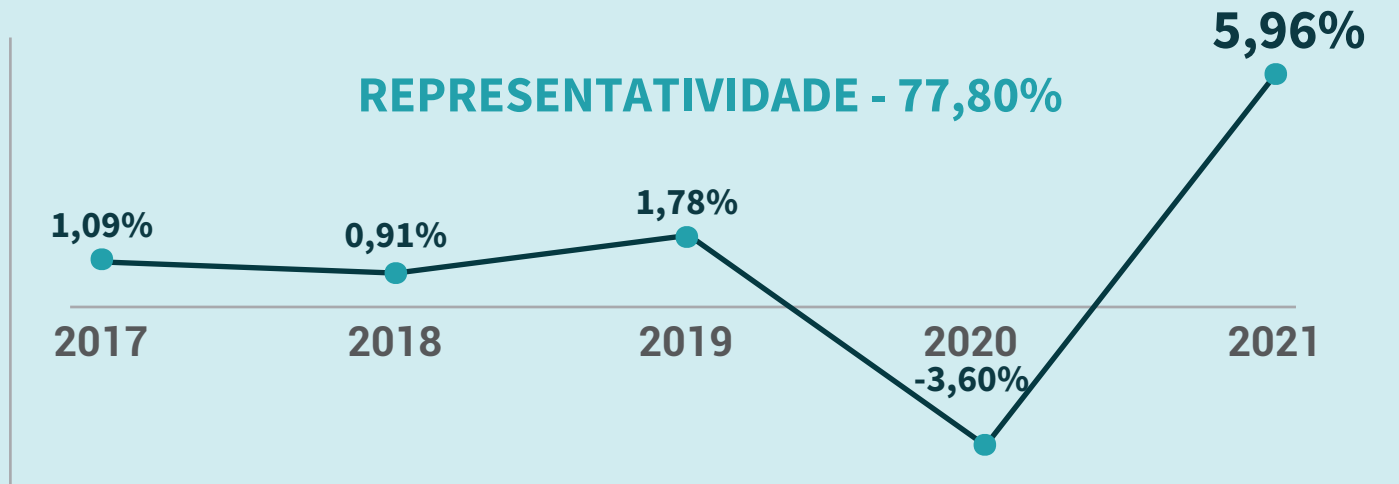
DESEMPENHO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE (2017 - 2021)



DESEMPENHO DA INDÚSTRIA CEARENSE (2017 - 2021)



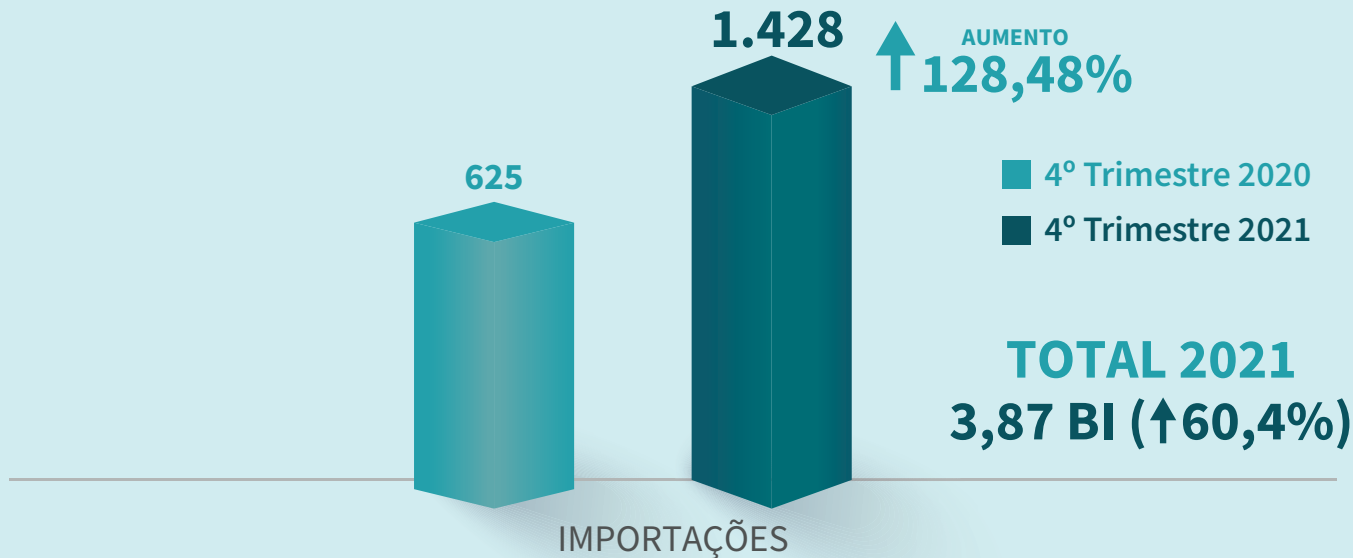
DESEMPENHO DO SETOR DE SERVIÇOS CEARENSE (2017 - 2021)



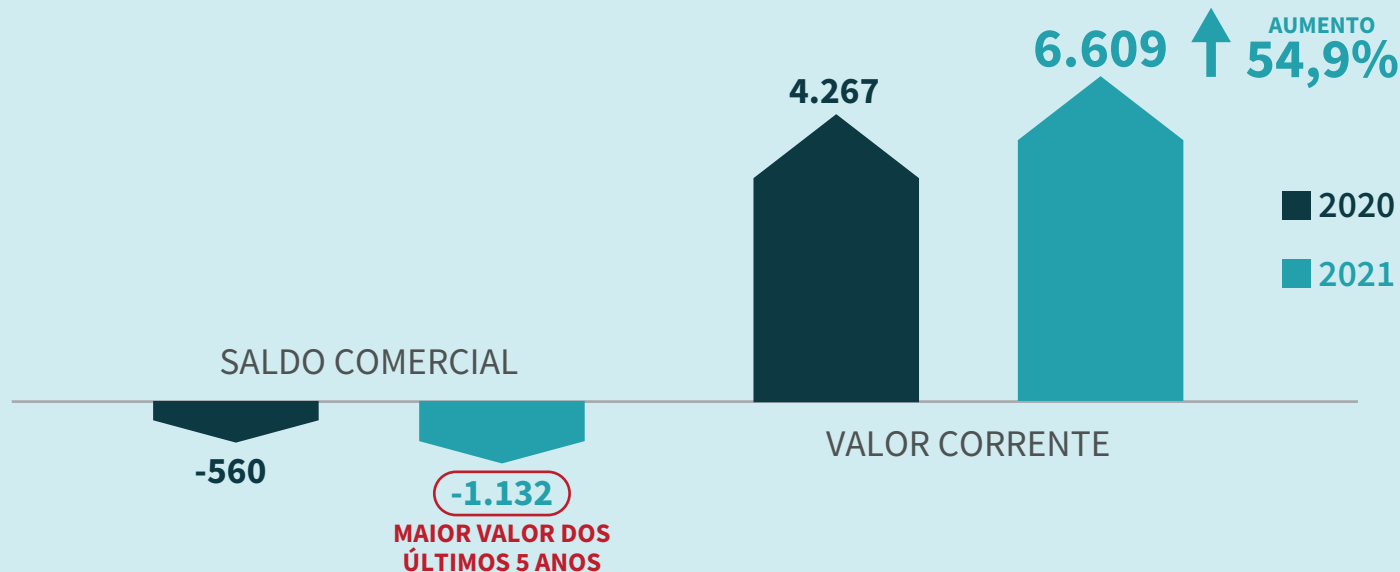
EXPORTAÇÕES CEARENSE 2020-2021 (US\$ MILHÕES FOB)



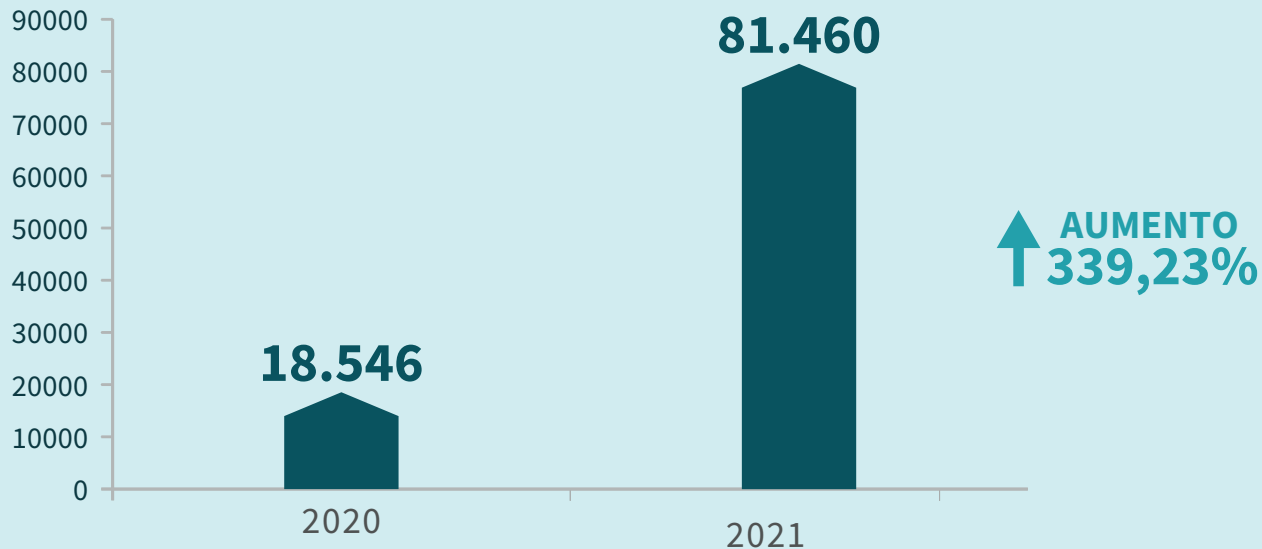
IMPORTAÇÕES CEARENSE 2020-2021 (US\$ MILHÕES FOB)



BALANÇA COMERCIAL CEARENSE 2020-2021 (US\$ MILHÕES FOB)



EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS (2020 - 2021)



VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÕES	2021	2020*	2019*	2018*
122 - Administração Geral	288.144.313,88	329.444.831,15	857.800.461,36	910.660.301,49
126 - Tecnologia da Informação	13.754.110,39	12.361.043,09	30.354.015,13	17.725.261,65
128 - Formação de Recursos Humanos	-	-	704.049,85	1.695.221,93
242 - Assistência ao Port. de Deficiência	2.068.139,86	2.471.551,57	-	-
361 - Ensino Fundamental	93.778.529,42	79.304.543,67	130.798.642,62	196.754.145,67
362 - Ensino Médio	3.076.246.557,67	2.659.848.551,78	3.682.364.671,44	3.798.612.022,10
363 - Ensino Profissional	145.553.314,16	171.342.756,41	185.349.753,27	203.789.524,83
364 - Ensino Superior	589.460.718,64	523.455.962,06	154.327.671,32	173.185.724,99
365 - Educação Infantil	9.770.075,66	20.669.337,09	43.685.582,67	39.756.177,51
366 - Educação de Jovens e Adultos	205.923.103,40	177.627.164,03	113.640.123,78	177.365.018,61
367 - Educação Especial	7.078.996,42	8.482.282,52	14.833.292,27	15.073.864,46
451 - Infraestrutura Urbana	6.757.193,39	3.749.555,18	7.500.586,34	-
571 - Desenvolvimento Científico	3.266.800,00	4.027.784,02	2.438.878,05	-
631 - Reforma Agrária	-	616.467,90	-	-
Total	4.441.801.852,89	3.993.401.830,46	5.223.797.728,09	5.534.617.263,24

↑ AUMENTO (2020)
11,23%

↓ REDUÇÃO (2019)
14,97%

VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO SAÚDE

SUBFUNÇÕES	2021	2020*	2019*	2018*
122 - Administração Geral	371.111.451,49	393.882.109,55	628.174.919,08	1.377.869.532,91
126 - Tecnologia da Informação	45.417.461,22	40.025.938,47	24.599.250,63	22.669.709,96
127 - Ordenamento Territorial	10.400,00	36.736,10	-	-
128 - Formação de Rec. Humanos	41.186.082,58	63.066.909,57	42.618.093,81	37.747.406,92
242 – Assist. ao Port. de Deficiência	430.406,17	450.566,47	-	-
301 - Atenção Básica	286.113.612,99	300.283.489,66	488.061.706,92	176.655.418,25
302 – Assist. Hosp. e Ambulatorial	4.241.789.847,18	4.161.315.120,24	3.920.506.784,89	3.729.739.255,59
303 – Sup. Profilático e Terapêutico	113.229.323,56	135.367.621,69	164.172.718,40	147.899.947,32
304 - Vigilância Sanitária	2.892.548,08	2.588.058,95	66.770.550,83	50.198.186,04
305 - Vigilância Epidemiológica	92.300.459,11	354.661.148,30	18.023.564,55	37.693.135,19
542 - Controle Ambiental	157.678,12	202.246,42	-	-
571 - Desenvolvimento Científico	2.371.120,73	-	-	-
573 - Difusão do Conhec. Científico e Tecnológico	-	-	144.912,54	-
Total	5.197.010.391,23	5.451.879.945,42	5.353.072.501,65	5.580.472.592,17

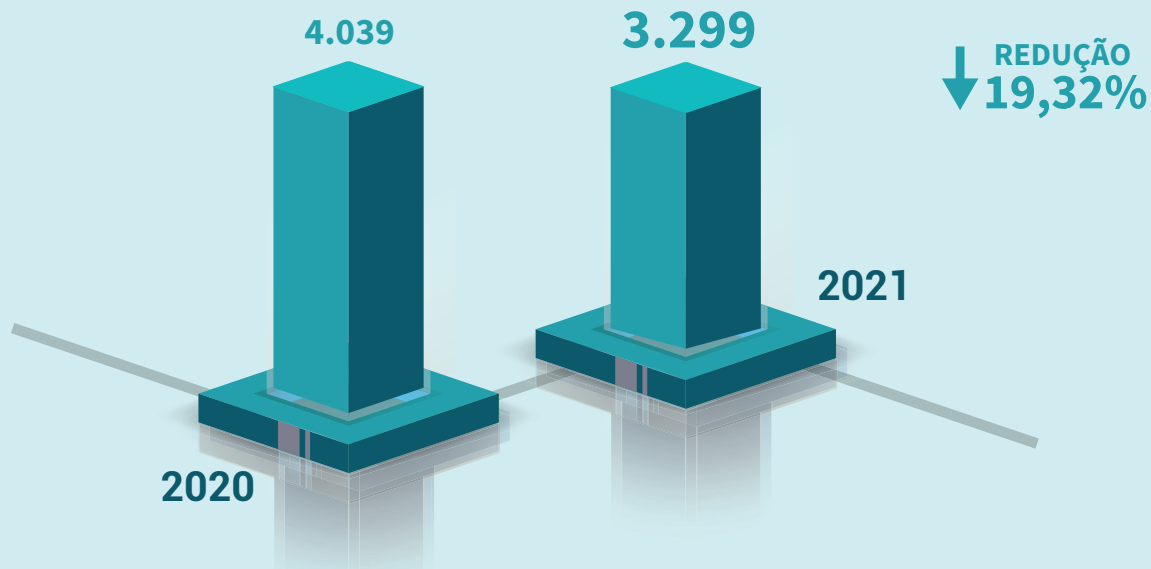
↓ REDUÇÃO (2020)
4,67%

VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

SUBFUNÇÕES	2021	2020*	2019*	2018*
122 - Administração Geral	3.454.772.195,31	3.761.699.453,35	4.080.111.973,47	4.156.798.902,68
124 - Controle Interno	26.196,56	15.405,37	84.493,62	97.146,56
126 - Tecnologia da Informação	37.276.968,85	40.028.536,67	54.434.458,79	76.273.488,95
128 - Formação de Recursos Humanos	11.954.483,00	12.298.506,75	15.321.747,10	35.833.582,50
181 - Policiamento	186.998.212,56	186.793.668,34	383.297.168,23	288.791.854,14
182 - Defesa Civil	7.945.159,97	4.488.905,00	6.106.966,41	44.711.467,54
183 - Informação e Inteligência	91.637.295,48	66.483.832,56	79.158.015,78	-
241 - Assistência ao Idoso	-	-	570.931,58	-
244 - Assistência Comunitária	443.531,79	370.639,08	-	-
Total	3.791.054.043,52	4.072.178.947,11	4.619.085.754,98	4.602.506.442,37

↓ REDUÇÃO (2020)
6,90%

CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS NO CEARÁ





PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PPA 2020-2023

- ➔ Estruturado conforme a seguir: Eixo Governamental de Atuação Intersectorial, Tema e Programa (Finalísticos, Administrativos e Especiais).
- ➔ Apoiado em sete grandes Eixos: Ceará Acolhedor, Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará de Oportunidades, Ceará do Conhecimento, Ceará Pacífico, Ceará Saudável e Ceará Sustentável. Segundo o setor técnico, esses eixos estruturam a ação governamental de modo a permitir o desenvolvimento econômico para superar as desigualdades sociais e regionais.

PPA 2020-2023

- ➔ Integração entre o PPA e a LOA para a consecução dos objetivos do planejamento de médio prazo por meio da execução do planejamento de curto prazo por meio: Programas e das Iniciativas expressos na LOA, que devem estar alinhados com as metas e prioridades previstas na LDO.
- ➔ Programas (objetivam a realização dos resultados pretendidos), podendo ser classificados em: Finalísticos (geram bens ou serviços para a sociedade), Administrativos (direcionados para o funcionamento da máquina pública) e Especiais (não geram, diretamente, produtos à sociedade e nem ao Governo, relacionados aos encargos com o endividamento do ente).
- ➔ Iniciativas: consistem nas entregas para o público-alvo e representam as ações propriamente ditas do setor público.

DOTAÇÃO ATUALIZADA E VALOR EMPENHADO PARA CADA TIPO DE PROGRAMA (R\$1,00)

TIPO DE PROGRAMA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO (%B/A)	REPRESENTATIVIDADE (%B/C)
Administrativo	3.399.197.229,62	3.182.034.083,75	93,61%	9,67%
Especial	11.732.772.437,71	10.893.478.143,74	92,85%	33,12%
Finalístico	21.506.468.629,59	18.816.105.931,66	87,49%	57,21%
Total (c)	36.638.438.296,92	32.891.618.159,15	89,77%	100%

Fonte: Processo nº 08078/2022-6 e 01734/2022-1

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS POR FAIXA

FAIXAS	QUANTIDADE	% QUANTIDADE/TOTAL
Ausência de previsão orçamentária*	1	1,14%
Faixa 1 – De 0% a 20% de execução orçamentária	11	12,50%
Faixa 2 – De 21% a 40% de execução orçamentária	6	6,82%
Faixa 3 – De 41% a 60% de execução orçamentária	12	13,64%
Faixa 4 – De 61% a 80% de execução orçamentária	16	18,18%
Faixa 5 – De 81% a 100% de execução orçamentária	42	47,73%
Total	88	100,00%

Fonte: Processo nº 08078/2022-6 01734/2022-1

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS 10 MAIORES DOTAÇÕES ATUALIZADAS DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS

PROGRAMA FINALÍSTICO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO (% B/A)
631 - Atenção à Saúde Perto do Cidadão	4.613.016.451,52	4.428.230.309,34	95,99%
521 - Segurança Pública Integrada com a Sociedade	3.137.262.220,25	3.048.605.514,81	97,17%
433 - Desenvolvimento do Ensino Médio	2.825.108.564,02	2.645.046.544,15	93,63%
342 - Infraestrutura e Logística	1.216.281.607,64	1.007.626.998,34	82,84%
512 - Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional	1.130.470.368,44	1.089.288.472,95	96,36%
343 - Mobilidade, Trânsito e Transporte	1.070.821.901,07	407.369.445,03	38,04%
451 - Desenvolvimento Integral da Educação Superior	738.832.028,32	675.555.475,88	91,44%
514 - Gestão E Modernização do Sistema Penitenciário	654.981.286,82	624.878.814,20	95,40%
231 - Melhoria da Relação Fisco-Contribuinte-Sociedade	632.182.261,00	595.149.180,27	94,14%
441 - Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio	484.414.901,25	449.960.527,78	92,89%
Total	16.503.371.590,33	14.971.711.282,75	90,72%

Fonte: Processo nº 08078/2022-6

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

- A Lei de Diretrizes Orçamentárias define as metas e prioridades da administração pública, devendo estar em conformidade com o estabelecido no Plano Plurianual (PPA).
- As diretrizes do orçamento para o exercício de 2021 foram estabelecidas na Lei Estadual nº 17.278, de 11 de setembro de 2020, publicada no DOE de 15 de setembro de 2021 e alterada pela Lei nº 17.861, de 30 de dezembro de 2021.
- **OCORRÊNCIA** - não se identificou as descrições das normas relativas ao controle de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, exigidas no art. 4º, inciso I, alínea “e” da LRF.

RECOMENDAÇÃO – À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma a descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme prevê o art. 4º, inciso I, alínea e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2021 (R\$ 1,00)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES /PROGRAMAS BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	-
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	1.340.848.363	1.387.778.055	1.436.350.287	
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	22.641.802	23.434.265	24.254.464	
Total			1.363.490.164	1.411.212.320	1.460.604.751	

Fonte: LDO 2021 (Anexo de Metas Fiscais)

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DE RECEITA POR REGIÃO (R\$ 1,00)

REGIÕES	2021	2022	2023
Região Cariri	51.107.654	52.896.421	54.747.796
Região Centro Sul	6.611.567	6.842.972	7.082.476
Região Grande Fortaleza	1.005.341.610	1.040.528.566	1.076.947.066
Região Litoral Leste	10.302.357	10.662.940	11.036.143
Região Litoral Norte	4.878.809	5.049.568	5.226.303
Região Litoral Oeste/ Vale do Curu	29.126.046	30.145.458	31.200.549
Região Maciço de Baturité	1.467.978	1.519.357	1.572.535
Região Serra da Ibiapaba	4.581.366	4.741.713	4.907.673
Região Sertão Central	36.469.049	37.745.466	39.066.558
Região Sertão Canindé	1.699.520	1.759.004	1.820.569
Região Sertão de Sobral	117.775.370	121.897.508	126.163.920
Região Sertão de Crateús	11.825.043	12.238.919	12.667.282
Região Sertão do Inhamuns	371.895	384.911	398.383
Região Vale do Jaguaribe	81.931.900	84.799.516	87.767.499
Total	1.363.490.164	1.411.212.320	1.460.604.751

Fonte: LDO 2021 (Anexo de Metas Fiscais)

MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO E À EVASÃO FISCAL

- ➔ Aumento da arrecadação desses créditos, como a disponibilização de um site exclusivo para contribuintes do Estado do Ceará (Portal do Contribuinte);
- ➔ Manutenção e fortalecimento do Programa PGE dialoga;
- ➔ Ações propostas pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA), cuja finalidade é a proposição de medidas judiciais e administrativas, para o combate às fraudes fiscais e aos crimes correlatos.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

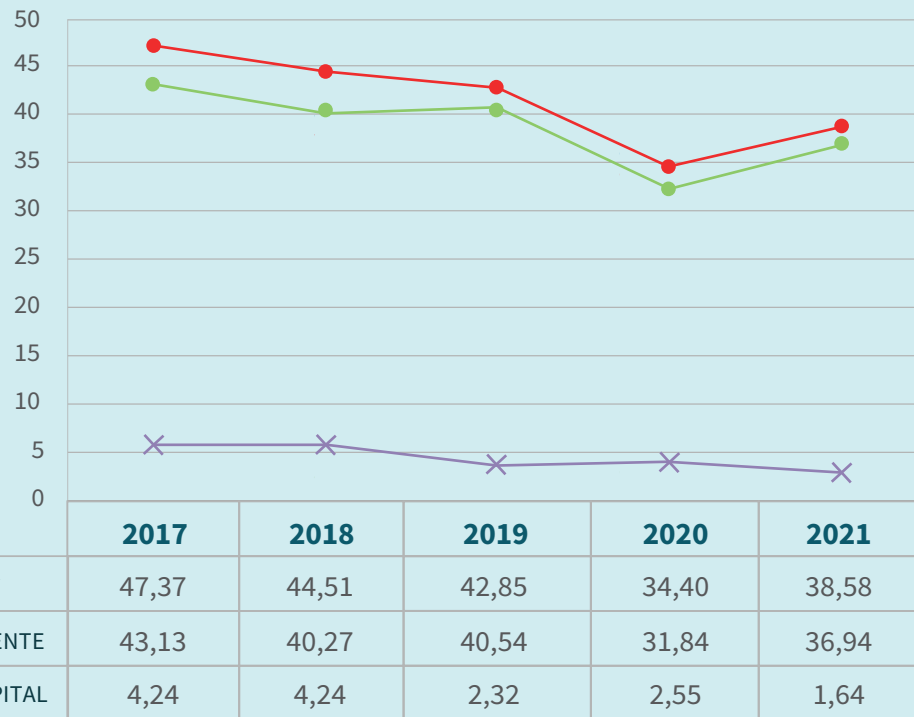
- ➔ Lei nº 17.364, de 23 de dezembro de 2020: estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 29.520.357.341,00;
- ➔ O Governo do Estado cumpriu o limite para a fixação da Reserva de Contingência, nos termos do art. 79 da LDO, o qual determina que referida reserva deve ser “constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, em montante equivalente a, no máximo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, da fonte do Tesouro”.

RECEITA PREVISTA E REALIZADA – CATEGORIA ECONÔMICA (R\$1,00)				
CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	REALIZADA (B)	DIFERENÇA (B) - (A)	REALIZAÇÃO (%)
Receita corrente	32.378.115.979,59	35.221.571.473,76	2.843.455.494,17	108,78%
Receita tributária	18.592.724.421,61	19.633.967.172,94	1.041.242.751,33	105,60%
Receitas de contribuições	1.022.643.416,00	1.163.671.912,00	141.028.496,00	113,79%
Receita patrimonial	282.649.236,61	477.512.721,85	194.863.485,24	168,94%
Agropecuária	-	-	-	-
Receita de serviços	263.776.266,02	277.002.995,85	13.226.729,83	105,01%
Transferências correntes	11.572.716.155,35	12.962.002.025,89	1.389.285.870,54	112,00%
Outras receitas correntes	643.606.484,00	707.414.645,23	63.808.161,23	109,91%
Receitas de capital	3.546.391.299,57	1.644.108.885,59	- 1.902.282.413,98	46,36%
Operações de crédito	2.534.377.177,00	1.406.915.418,29	- 1.127.461.758,71	55,51%
Alienação de bens	180.652,00	47.231.550,42	47.050.898,42	26145,05%
Amortização de empréstimos	0,00	323.323,10	323.323,10	-
Transferências de capital	1.011.833.470,57	189.328.357,61	- 822.505.112,96	18,71%
Outras receitas de capital	0,00	310.236,17	310.236,17	-
Receita intraorçamentária corrente	1.498.195.081,43	1.717.307.138,07	219.112.056,64	114,63%
Total da receita bruta arrecadada	37.422.702.360,59	38.582.987.497,42	1.160.285.136,83	103,10%
Deduções da receita corrente*	- 3.629.263.359,00	- 4.386.593.437,29	- 757.330.078,29	120,87%
Total receita orçamentária	33.793.439.001,59	34.196.394.060,13	402.955.058,54	101,19%

Fonte: Anexo 10

Nota*: Recursos destinados ao FUNDEB

RECEITA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA (R\$ BILHÕES)



Fonte: Balanço Geral do Estado – BGE/2021 e Anexo 10.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA (R\$ 1,00)

RECEITA TRIBUTÁRIA	2020	2021	VARIAÇÃO %
Impostos	18.368.140.658,00	18.821.055.702,09	2,47%
ICMS	15.568.407.823,60	16.231.134.218,74	4,26%
IPVA	1.272.298.105,60	1.177.970.633,37	-7,41%
IRRF	1.443.302.387,32	1.316.266.904,70	-8,80%
ITCD	84.132.341,48	95.683.945,28	13,73%
Taxas	756.906.610,25	812.911.470,85	7,40%
Total	19.125.047.268,25	19.633.967.172,94	2,66%

Fonte: Anexo 10

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA E GRUPO (R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÕES	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	EMPENHADO (C)	REALIZAÇÃO (%) C/B
Despesa Corrente	25.783.965.799,00	29.248.642.739,10	27.869.710.299,98	95,29%
Juros e Encargos da Dívida	594.874.783,00	570.574.783,00	516.363.125,80	90,50%
Outras Despesas Correntes	11.056.714.467,00	14.218.543.348,80	13.481.109.795,60	94,81%
Pessoal e Encargos Sociais	14.132.376.549,00	14.459.524.607,30	13.872.237.378,58	95,94%
Despesa de Capital	4.399.468.147,00	7.226.860.777,82	5.021.907.859,17	69,49%
Amortização da Dívida	1.297.035.312,00	1.572.153.532,71	1.209.945.113,85	76,96%
Inversões Financeiras	165.716.069,00	314.484.187,34	312.576.977,88	99,39%
Investimentos	2.936.716.766,00	5.340.223.057,77	3.499.385.767,44	65,53%
Reserva de Contingência	163.234.780,00	162.934.780,00	0,00	-
Total Geral	30.346.668.726,00	36.638.438.296,92	32.891.618.159,15	89,77%

Fonte: Base de dados da Execução Orçamentária oriunda do S2GPR

Nota: Excluída a Reserva de Contingência da Dotação inicial e atualizada.

ANÁLISE DO PERCENTUAL DE ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO

O que disciplina a Constituição Federal 1988:

Art. 167. **São vedados:**

(...)

V - a **abertura de crédito suplementar** ou especial **sem prévia autorização legislativa** e sem indicação dos recursos correspondentes; (grifou-se)

Art. 165.

(...)

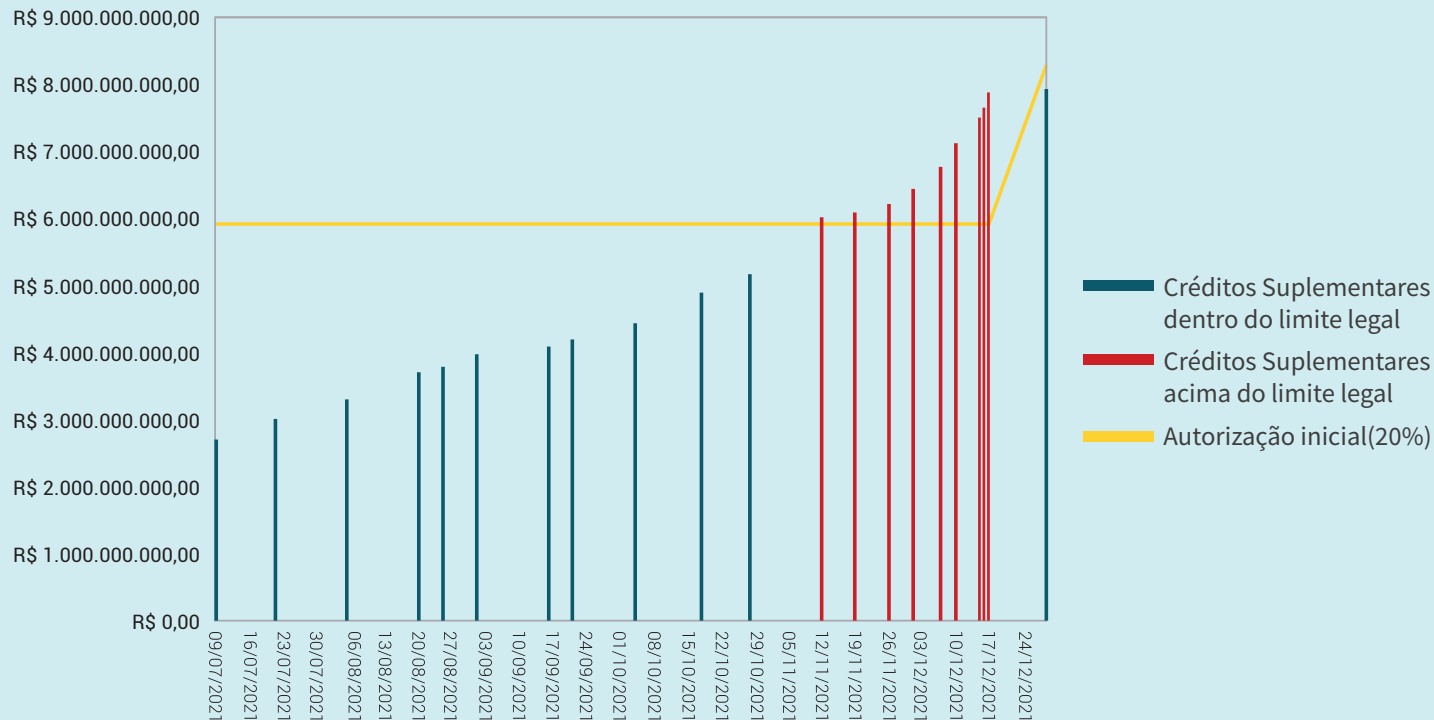
§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares** e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

O que prevê a redação original da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2021 (Lei 17.364/2020)

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo **autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada** nesta Lei, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas nos grupos de despesas de cada categoria de programação, com recursos provenientes de...

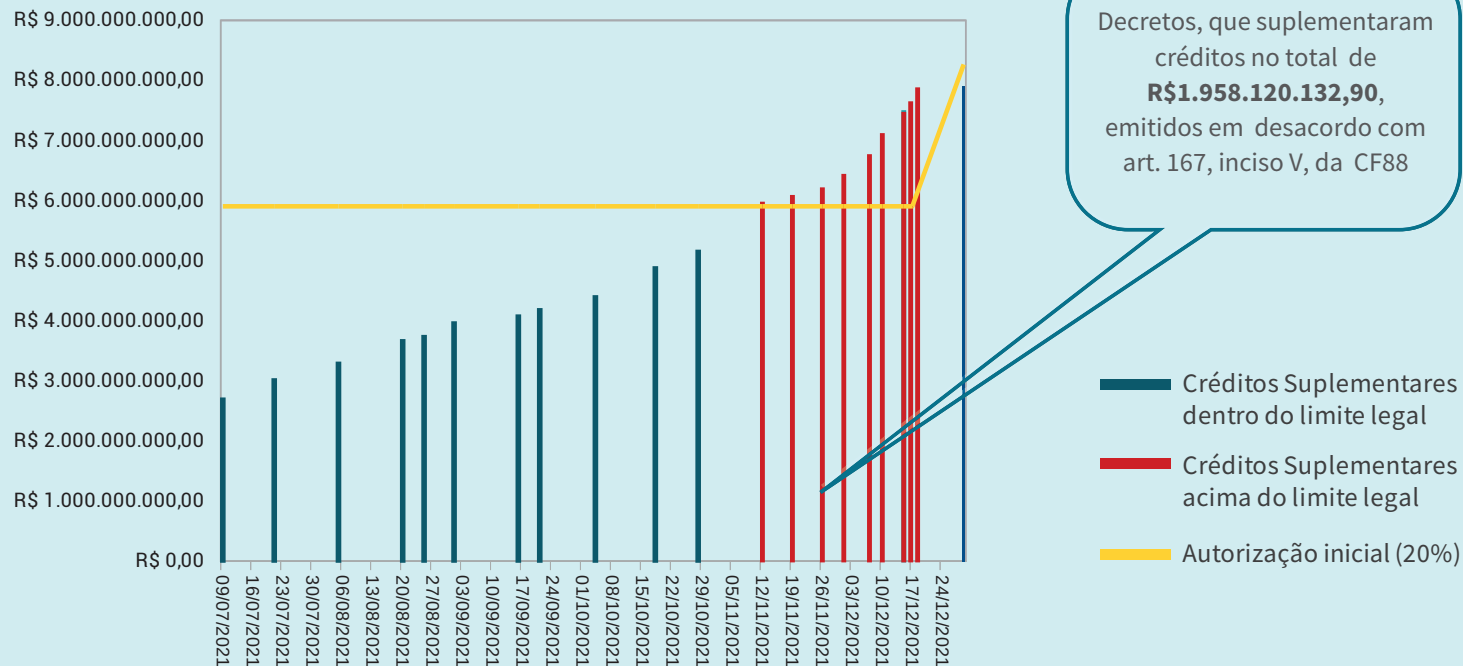
2

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



2

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Parecer Prévio nº 00032/2019

(Relatoria da Conselheira Patrícia Saboya - Processo nº 12468/2018-7)

Este Tribunal, ao apreciar as Contas de Governo de Pindoretama, exercício de 2013, alterou o entendimento que ainda vigorava do extinto TCM, estabelecendo uma modulação temporal para firmar o novo posicionamento do Tribunal no sentido de que **a autorização de abertura de créditos adicionais por norma posterior se constitui em irregularidade insanável e determinante para a DESAPROVAÇÃO, a partir das Contas de Governo do exercício 2019.**

VOTO DA RELATORA (CONSELHEIRA PATRÍCIA SABOYA)

(...)

“Entendo, de **acordo** com a Unidade Técnica e com o MPC, que a autorização do Poder Legislativo para a abertura de créditos adicionais tem de ser prévia, em face do que dispõe o **art. 167, V, da Constituição Federal**, de forma que a infringência a este comando constitucional implica na prática de irregularidade insanável que, por si só, constitui motivo para **desaprovação das contas.**”

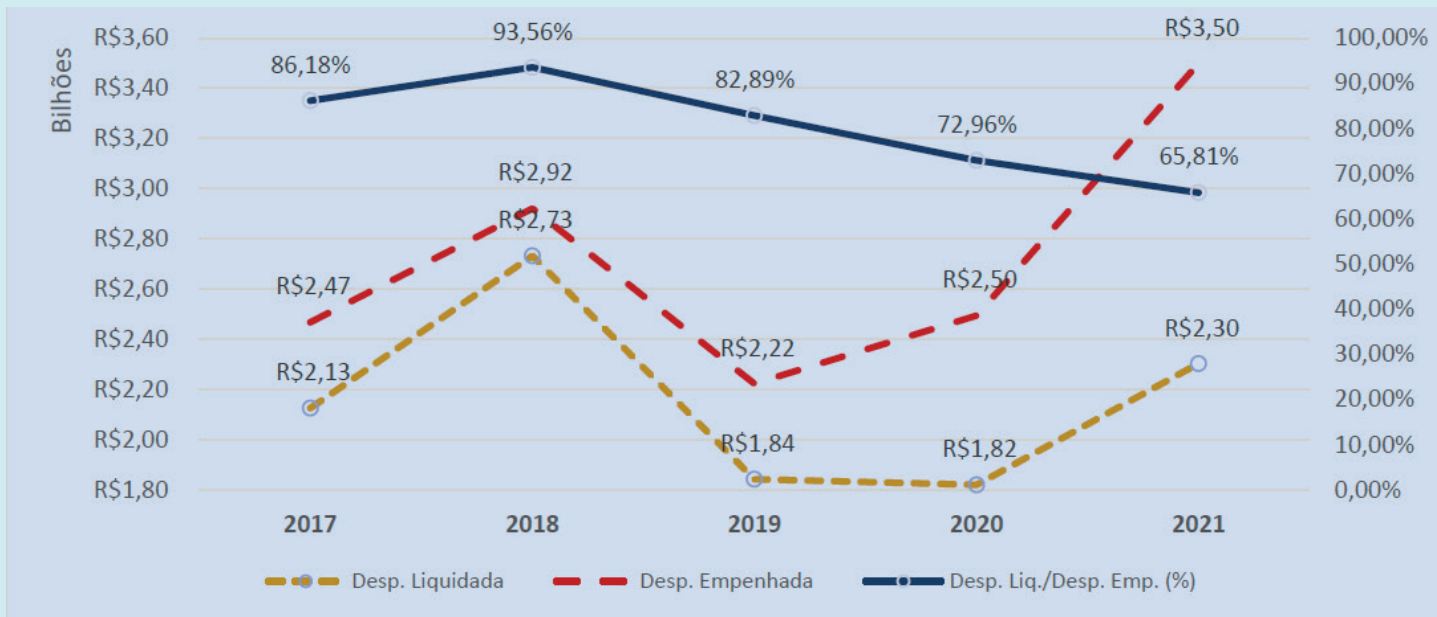
(...)

“Dessa forma, considerando que no caso concreto (Lei nº 415/13, de 30/09/13) existe um dispositivo legal (art. 3º) que contempla a retroatividade dos efeitos ao início do exercício (01/01/2013), autorizando, assim, a alteração do limite para abertura de créditos adicionais de 10% para 25%, deixo de considerar esta irregularidade como determinante para desaprovação das contas neste exercício de 2013, mantendo tal decisão até as Contas de Governo de 2018, de forma que novo entendimento adotado pelo TCE venha a ter efetiva aplicação somente a partir das Contas de Governo do exercício 2019 e, em se tratando de publicação de Lei, a partir da data deste julgado.”(grifos nossos)

INVESTIMENTOS (EM GERAL)

➔ **Total executado: R\$ 3.448.394.713,59** (montante superior, em termos reais, em 19,10% (R\$ 561 milhões) em relação ao ano anterior.

DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS EM INVESTIMENTOS - 2017 A 2021



INVESTIMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS

➔ Autorizado (geral): R\$ 3.247.421.339,90

➔ Executado (geral): R\$ 2.526.821.728,11 (77,81%)

Execução por função:

➔ Acima de 75%: Direitos da Cidadania (98,00%), Transporte (90,10%), Educação (86,63%), Segurança Pública (83,95%), Assistência Social (78,81%) e Desporto e Lazer (78,21%);

➔ Entre 50% e 75%: Saúde (69,01%), Habitação (41,39%),

➔ Abaixo de 50%: Trabalho (9,56%), Saneamento (17,20%)

TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS E A PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA-PPP (R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	2020*	2021	VAR %	PART.%**
Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.533.111.061,08	1.559.989.490,78	1,75%	62,98%
Municípios - Fundo a Fundo	332.470.987,73	420.250.839,90	26,40%	16,97%
Municípios	262.331.070,78	312.802.460,63	19,24%	12,63%
Consórcios Públicos	127.076.776,85	118.469.885,15	-6,77%	4,78%
Execução de Contrato de Parceria Público-Privada – PPP	55.300.371,88	53.663.959,69	-2,96%	2,17%
Instituições Privadas com Fins Lucrativos	40.507.556,48	7.677.668,13	-81,05%	0,31%
Transferências ao Exterior	0,00	3.625.714,25	-	0,15%
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	341.361,15	421.162,80	23,38%	0,02%
Transferências a instituições multigovernamentais	0,00	0,00	-	0,00%
Total	2.351.139.185,95	2.476.901.181,33	5,35%	100,00%

Fonte: S2GPR

* Fator de correção: IGP-DI (17,7439%)

TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS (R\$ 1,00)

DESPESA POR ITEM DE DESPESA	2020*	2021	VAR. %	PART.%**
Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão	1.264.629.524,96	1.309.160.563,49	3,52%	83,92%
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – Convênios	229.587.383,86	191.532.869,14	-16,58%	12,28%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Contrato de Gestão	181.512,46	26.973.086,35	14.760,18%	1,73%
Demais Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	15.818.427,68	13.238.000,00	-16,31%	0,85%
Contrato de Patrocínio	104.792,09	7.506.562,00	7.063,29%	0,48%
Transferências a Instituições de Caráter Assistencial, Médica, Cultural e Educacional	19.100.238,94	4.611.889,96	-75,85%	0,30%
Indenizações	-	4.219.065,85	-	0,27%
Bilhete Único Intermunicipal	2.760.909,12	1.888.120,40	-31,61%	0,12%
Contribuições – Convênios	268.906,03	765.733,59	184,76%	0,05%
Transferências a Instituições de Caráter Assistencial, Médica, Cultural e Educacional - Convênios	70.646,35	93.600,00	32,49%	0,01%
Transferências a OSCIPs - Termo de Parceria	588.719,60	-	-	-
Total	1.533.111.061,08	1.559.989.490,78	1,75%	100,00%

Fonte: S2GPR

REPASSES DO ESTADO PARA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO (R\$ 1,00)

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	2020*	2021	VAR%	PART%**
Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar	999.257.086,34	1.043.356.498,18	4,41%	79,70%
Instituto Centro de Ensino Tecnológico	138.578.790,41	116.412.895,31	-16,00%	8,89%
Instituto Agropolos do Ceará	51.243.450,63	69.295.249,60	35,23%	5,29%
Instituto de Arte e Cultura do Ceará	54.951.690,84	61.337.221,43	11,62%	4,69%
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT	20.476.658,04	18.758.698,97	-8,39%	1,43%
Senai - Departamento Regional do Ceará	121.848,70	-	-	-
TOTAL	1.264.629.524,96	1.309.160.563,49	3,52%	100,00%

Fonte: S2GPR

INVESTIMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS LIGADOS A DIREITOS SOCIAIS

➡ Autorizado (atualizado): R\$ 2.034.952.964,8, maior do que o apresentado no ano anterior (R\$ 943.965.827,74).

Execução por função:

➡ Acima de 75%: Direitos da Cidadania (98,00%), Cultura (97,04%), Urbanismo (92,18%), Agricultura (92,06%), Transporte (90,10%), Organização Agrária (88,43%), Educação (86,63%), Segurança Pública (83,95%), Ciência e Tecnologia (79,14%), Assistência Social (78,81%) e Desporto e Lazer (78,21%);

INVESTIMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS LIGADOS A DIREITOS SOCIAIS

Execução por função:

- ➔ Entre 50% e 75%: Comércio e Serviços (71,03%), Gestão Ambiental (70,01%) e Saúde (69,01%);
- ➔ Abaixo de 50%: Comunicações (41,94%), Habitação (41,39%), Administração (30,67%), Saneamento (17,20%), Energia (14,57%), Essencial à Justiça (10,11%), Trabalho (9,56%), Previdência Social (1,11%), Indústria (0,48%) e Encargos Especiais (0,00%).

RECURSOS RELACIONADOS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

- ➔ Receitas arrecadadas vinculadas diretamente ao enfrentamento à pandemia (R\$ 264.056.198,32) são compostas por recursos do SUS (99,81%), outras transferências da União (0,16%) e recursos diretamente arrecadados (0,03%). Tal montante foi 88,17% menor do que o arrecadado no exercício de 2020 (R\$ 2.231.962.781,54).
- ➔ Cifra remanescente direcionada para mitigação dos efeitos econômicos e financeiros decorrentes da pandemia: R\$ 416.430,06.
- ➔ Com relação às despesas, o total executado alcançou o montante de R\$ 912.470.021,16.

DESPESAS EMPENHADAS POR FUNÇÃO E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA (R\$1,00)

FUNÇÃO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA		VALOR EMPENHADO
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 - INVESTIMENTOS	
10 - SAÚDE	821.845.808,73	9.061.045,55	830.906.854,28
13 - CULTURA	25.945.383,51	0,00	25.945.383,51
15 - URBANISMO	24.973.841,60	0,00	24.973.841,60
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.143.025,69	72.338,62	16.215.364,31
04 - ADMINISTRAÇÃO	8.778.057,95	0,00	8.778.057,95
17 - SANEAMENTO	4.611.889,96	0,00	4.611.889,96
26 - TRANSPORTE	1.038.629,55	0,00	1.038.629,55
Total	903.336.636,99	9.133.384,17	912.470.021,16

Fonte: Base de dados do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

DESPEAS (COVID) – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

- ➔ No portal consta que as despesas para o enfrentamento à COVID-19, em 2021, atingiram o montante de R\$ 995.335.109,02.
- ➔ Fontes de recursos para as despesas: Recursos ordinários (34,13%), Cota Parte FPE (34,12%), SUS (28,32%), demais fontes (restante).
- ➔ Recursos Ordinários: não é possível distinguir a origem (Estadual ou Federal).
- ➔ Despesas por “Modalidade de Licitação”: omissão de informações (campos vazios), sem justificativa.
- ➔ Despesas por “Situação de Entrega”: nota anulada, não entregues ou apenas parcialmente entregues, não havendo notas explicativas.

DESPESAS EMPENHADAS POR LOCAL DE EXECUÇÃO (R\$1,00)		
LOCAL DE EXECUÇÃO	VALOR EMPENHADO	%
GRANDE FORTALEZA	684.950.227,47	68,82%
ESTADO DO CEARÁ	94.139.746,26	9,46%
SERTÃO DE SOBRAL	66.668.492,93	6,70%
CARIRI	56.101.748,63	5,64%
SERTÃO CENTRAL	48.213.341,07	4,84%
CENTRO SUL	12.959.835,07	1,30%
LITORAL OESTE / VALE DO CURU	8.814.221,90	0,89%
VALE DO JAGUARIBE	5.268.831,42	0,53%
SERTÃO DOS INHAMUNS	4.741.498,07	0,48%
SERTÃO DOS CRATEÚS	4.661.237,56	0,47%
SERRA DA IBIAPABA	4.443.389,73	0,45%
SERTÃO DE CANINDÉ	2.368.242,30	0,24%
MACIÇO DO BATURITÉ	1.203.317,39	0,12%
LITORAL NORTE	669.706,99	0,07%
LITORAL LESTE	131.272,23	0,01%
Total	995.335.109,02	100,00%

Fonte: Portal da Transparência

Nota: A localização denominada “Estado do Ceará” refere-se a gastos não passíveis de regionalização por gerarem benefícios para todo o Estado.

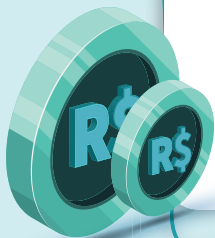
3

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



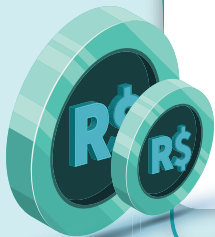
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- ➔ Receita realizada R\$ 34,2 bi
- ➔ Excesso de arrecadação R\$ 0,39 bi
- ➔ Despesas Empenhadas R\$ 3,8 bi
- ➔ Economia orçamentária R\$ 3,7



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- ➔ Receita realizada R\$ 34,2 bi
- ➔ Despesas Empenhadas R\$ 32,8 bi
- ➔ Superavit orçamentário R\$ 1,3 bi
- ➔ Restos a Pagar Inscritos R\$ 2, 1 bi
- ➔ Processados R\$ 0,253 bi
- ➔ Não Processados R\$ 1,8 bi



BALANÇO FINANCEIRO SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO

2021	2020	RESULTADO FINANCEIRO
R\$ 10,2 bi	R\$ 8,1 bi	Resultado Financeiro Positivo de R\$ 2,085 bi

BALANÇO PATRIMONIAL R\$ BILHOES

ATIVO				PASSIVO			
	2021	VARIAÇÃO	2020		2021	VARIAÇÃO	2020
Ativo Circulante	24,6	5,38%	23,4	Passivo Circulante	3,4	8,23%	3,2
Ativo Não Circulante	42,7	6,28%	40,2	Passivo Não Circulante	19,2	6,74%	18,01
-	-	-	-	Patrimônio Líquido	44,7	5,44%	42,4
Totais	67,4	-	63,6	-	67,4	-	63,6

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS R\$ BILHÕES	2021	%	2020
Aumentativas	78,4	26,0	62,2
Diminutivas	76,8	18,8	64,6
Resultado Patrimonial	R\$ 1,6		(2,4)

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREJUÍZO ACUMULADO	
COHAB	R\$ 330 milhões

EMPRESAS DEPENDENTES

NÃO DEPENDENTES	DEPENDENTES	DISTORÇÃO
ADECE	CODECE	METROFOR
CEASA	COHAB	
METROFOR	EMATERCE	
CAGECE	ETICE	
CIPP S/A		
CEGÁS		
COGERH		
ZPE		

4

CONFORMIDADE FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



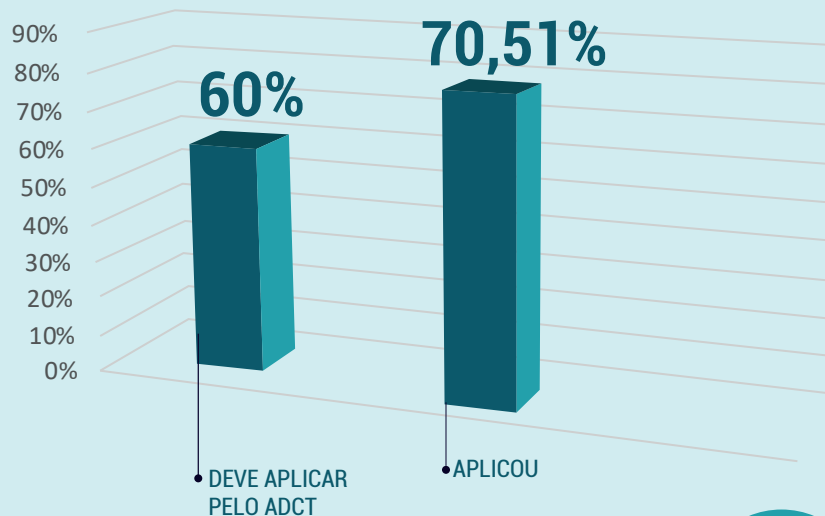
RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO

Determinações constitucionais de aplicação de recursos na Manutenção e desenvolvimento do ensino

– MDE Art. 212, da CF/88

DEVE APLICAR **25%** APLICOU **26,07%**

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb
Art. 60, XII do ADCT – deve aplicar pelo menos **60%**
APLICOU 70,51%





RECURSOS APLICADOS EM SAÚDE

Art. 198, §2 da CF e art. 6º da
Lei Complementar nº 141/2012

DEVE APLICAR **12%**

APLICOU **15,68%**

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	
1 - ATENÇÃO BÁSICA	286.113.612,99
2 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	4.217.456.667,16
3 - SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	113.229.323,56
4 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.892.548,08
5 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	92.300.459,11
6 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	-
7 - OUTRAS SUBFUNÇÕES	460.684.600,31
8 - Total das Despesas com Saúde (1+2+3+4+5+6+7)	5.172.677.211,21
9 - Despesas com Saúde não computadas para Fins de Apuração do Percentual Mínimo	1.507.493.889,64
10 - Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (8-9)	3.665.183.321,57
11 - Total das Receitas para apuração da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde	23.376.161.236,51
Percentual de Aplicação em ASPs ((10/11) *100	15,68%

Fonte: Base de dados do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Meta anual de investimentos custeados com recursos provenientes da receita de arrecadação tributária (art. 205, §2º): Média cumprida, R\$ 972.838.651,25.

A LDO de 2021 foi alterada pela lei nº 17.861 de 30 de dezembro de 2021, dispondo que a meta anual de investimentos para o exercício de 2021 seria a média dos valores empenhados nos grupos de natureza da despesa 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras, nas fontes 00 – Recursos Ordinários e 10 – Fecop, nos últimos 4 (quatro) exercícios anteriores à vigência da referida Lei.

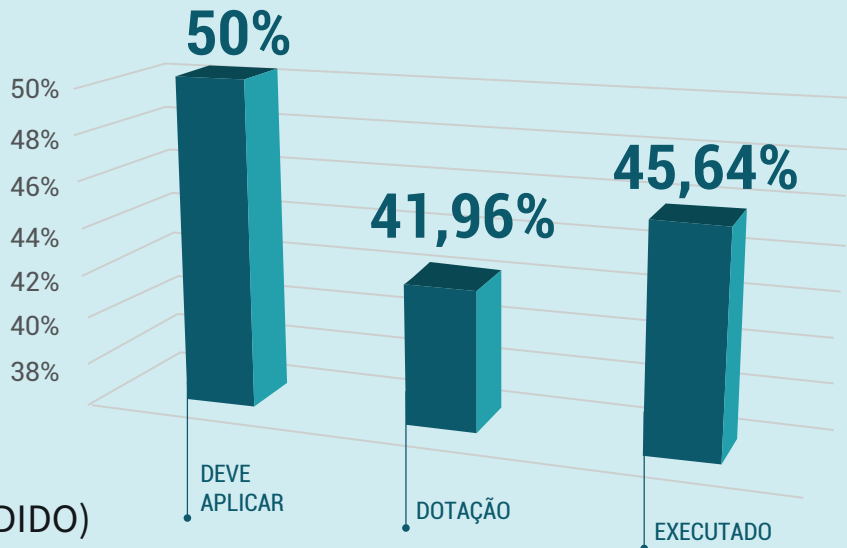
ANO	VALOR EMPENHADO
2017	610.468.815,37
2018	1.056.763.729,04
2019	935.374.210,94
2020	1.288.747.849,64
2021	2.536.370.905,97
Média (2017 – 2020)	972.838.651,25
VALOR EMPENHADO EM 2021: R\$ 2.536.370.905,97	

Fonte: Base de dados do Sistema de Gestão por Resultados – S2GPR

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Investimentos no setor público estadual do interior do Estado Art. 210 da Constituição do Estado – deve aplicar pelo menos 50% para investimentos no setor público estadual do interior.

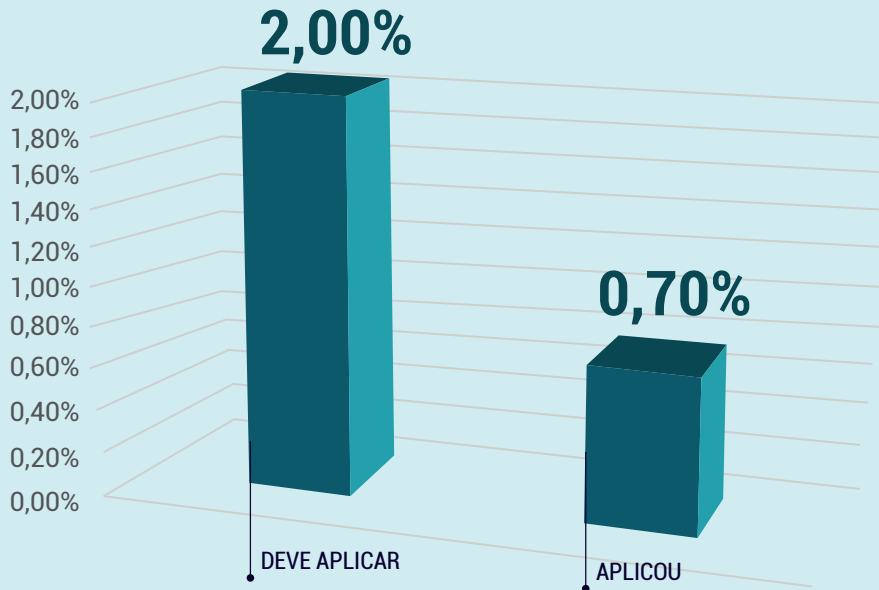
APLICOU 45,64% (NÃO ATENDIDO)



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA FUNCAP

Aplicação de recursos na Funcap Art. 258 da Constituição do Estado – deve aplicar pelo menos 2% da Receita Tributária Líquida do Tesouro Estadual.

APLICOU 0,70%



Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará (FCE)

Alteração do Art. 209 da Constituição do Estado (EC nº 107/2021).

Referida emenda extinguiu o Fundo de Financiamento às Micros, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE.

Pela alteração constitucional estadual (Emenda Constitucional n.º 107/2021) houve a implantação do Fundo de Microcrédito Produtivo do Ceará, que operacionalizou os recursos destinados ao financiamento do setor produtivo estadual. Tal Fundo recebeu uma autorização orçamentária de R\$ 73.350.900,00 (setenta e três milhões, trezentos e cinquenta mil e novecentos reais), tendo sido empenhados recursos da ordem de R\$ 72.777.918,00 (setenta e dois milhões, setecentos e setenta e sete mil, novecentos e dezoito reais) e pagos recursos no montante de R\$ 71.876.407,73 (setenta e um milhões, oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sete reais e setenta e três centavos).

Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará (FCE)

Alteração do Art. 209 da Constituição do Estado (EC nº 107/2021).

Impossibilidade de verificar o cumprimento da determinação constitucional de destinação dos recursos do Fundo para os microempreendedores com deficiência e para as mulheres microempendedoras chefes de família, em razão da falta de informações ou notas explicativas relativas ao Balanço, bem como sobre quais municípios foram beneficiados em virtude dos empenhos realizados terem sido classificados com o localizador de gasto “15 – Estado do Ceará”

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A RCL do Estado, no exercício de 2021, foi de R\$ 25.170.813.561,04, percentual de 2,95% de redução da RCL, considerando que o IGP-DI divulgado em 2021 foi de 17,74%.

A RCL Ajustada (25.061.058.356,04) é a base de cálculo para as despesas com pessoal (9.785.076.472,14).

DESPESAS COM PESSOAL SOBRE A RCL

LIMITES MÁXIMO **48,60%** PRUDENCIAL **46,17%** DE ALERTA **43,74%**

Valor apurado da despesa com pessoal (RCL ajustada) 39,04%

COMPORTAMENTO DA DESPESA COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS DO PODER EXECUTIVO

	2017	2018	2019	2020	2021
Pessoal ativo	6.163.518.852,13	6.974.795.270,26	7.493.403.451,77	7.523.420.184,26	8.003.022.866,34
Pessoal Inativo	2.095.002.860,32	2.285.342.964,01	2.405.218.671,48	2.518.133.633,49	3.356.809.924,97

DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR DO PODER EXECUTIVO

No Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar (Anexo 5 do RGF), relativo ao 3º quadrimestre de 2021, o Poder Executivo apresentou uma disponibilidade de caixa líquida de R\$ 8.065.849.690,22 suficiente para suprir a inscrição em restos a pagar não processados, no montante de **R\$ 6.309.693.426,94.**

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

LIMITE MÁXIMO SEGUNDO
A RESOLUÇÃO Nº 40/2001
DO SENADO FEDERAL
200% DA RCL

VALOR APURADO
44,13 % DA RCL

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DÍVIDA CONSOLIDADA

META DA DÍVIDA
PÚBLICA CONSOLIDADA
SEGUNDO A LDO
R\$ 21.438.751.000,00

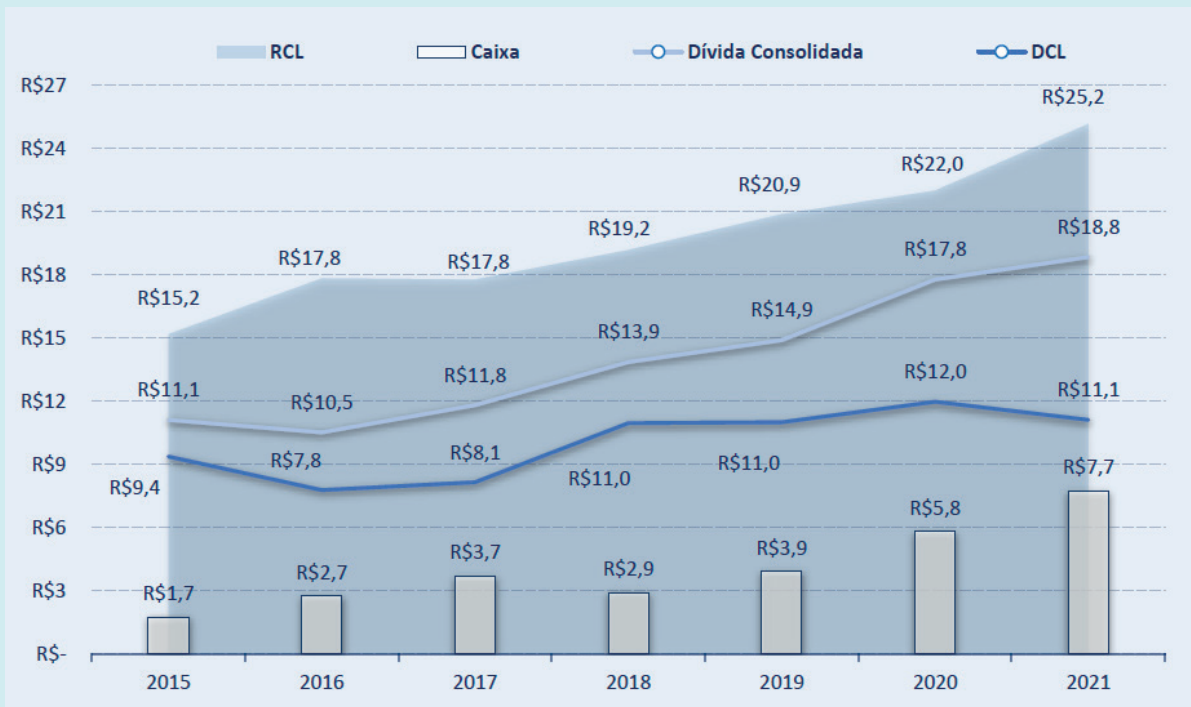
VALOR APURADO
R\$ 18.849.849.667,10
acréscimo de 6 % em
relação ao ano anterior

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

META DA DÍVIDA
CONSOLIDADA LÍQUIDA
SEGUNDO A LDO
R\$ 18.874.766.000,00

VALOR APURADO
R\$ 11.108.323.624,65

DÍVIDA CONSOLIDADA, DCL, CAIXA E RCL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (2020 A 2021)



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

LIMITE ANUAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO SOBRE A RCL

LIMITE MÁXIMOSEGUNDO A RESOLUÇÃO
Nº 43/2001 DO SENADO FEDERAL**16%****VALOR APURADO****5,59%**Foram contratados
R\$ 1.406.915.418,29 em
Operações de Crédito
Internas e Externas

Regra de Ouro - Limite das Receitas de Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital (Art. 167, III, da CF/1988)

Cumprimento da “Regra de Ouro”, na previsão e execução orçamentária do exercício de 2021: Despesas de capital líquidas (R\$ 4.999.045.452,78) superaram as receitas de operações de crédito (R\$ 1.406.915.418,29).

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

**LIMITE FIXADO PELA RESOLUÇÃO
Nº 43/2001, DO SENADO FEDERAL**

22% DA RCL

**GARANTIAS CONCEDIDAS
PELO ESTADO**

0,90% DA RCL

O Estado do Ceará não possui contragarantias.
O total de garantias concedidas pelo Estado em 2021: **R\$ 226.226.790,09**

RESULTADOS PRIMÁRIO

META COM BASE NA LDO - SUPERAVIT	VALOR APURADO COM BASE NA LDO - SUPERAVIT	META COM BASE NA METODOLOGIA MDF/STN - DÉFICIT	VALOR APURADO COM BASE NA METODOLOGIA MDF/STN-SUPERAVIT
R\$ 491.590.000,00	R\$ 2.655.080.082,15	R\$ 676.396.000,00	R\$ 2.189.730.183,76

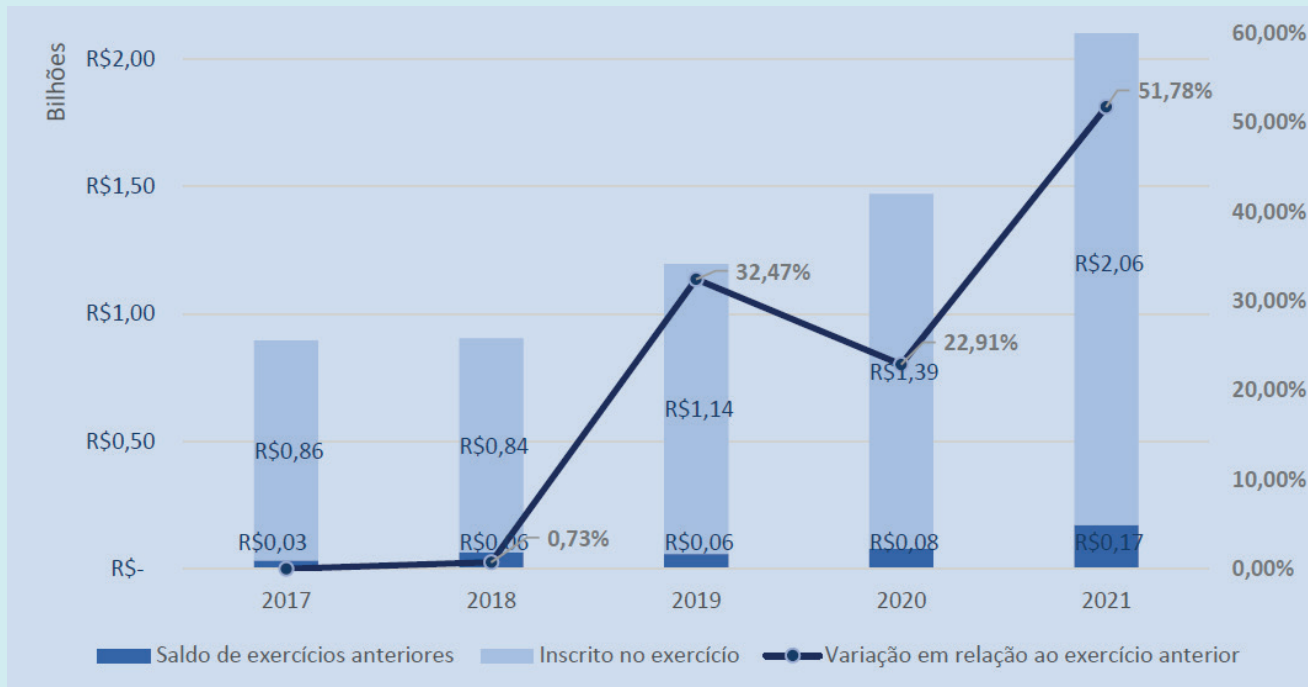
RESULTADO PRIMÁRIO – METODOLOGIA ESTADO DO CEARÁ X METODOLOGIA MDF/STN

ANO	RES. PRIMÁRIO GOVERNO	RES. PRIMÁRIO STN/MDF	META PREVISTA LDO
2015	R\$ 460.810.827,0	R\$ 992.945.340	R\$ 452.740.000,00
2016	R\$ 1.817.662.367,03	R\$ 890.029.674,33	R\$ 480.464.000,00
2017	R\$ 1.047.392.833,21	R\$ 130.269.524,03	R\$ 460.282.000,00
2018	R\$ 495.496.628,89	R\$ 485.099.021,76	R\$ 507.233.000,00
2019	R\$ 2.052.687.239,82	R\$ 1.302.301.783,36	R\$ 597.707.000,00
2020	R\$ 2.396.769.664,95	R\$ 1.698.697.751,94	R\$ 694.781.000,00
2021	R\$ 2.655.080.082,15	R\$ 2.189.730.183,76	R\$ 491.590.000,00.

RESULTADO NOMINAL

META COM BASE NA LDO - SUPERAVIT	VALOR APURADO COM BASE NA LDO- SUPERAVIT	META COM BASE NA METODOLOGIA MDF/STN - DÉFICIT	VALOR APURADO COM BASE NA METODOLOGIA MDF/STN-SUPERAVIT
R\$ 143.774.000,00	R\$ 2.486.307.365,76	R\$ 1.024.242.000,00	R\$ 2.020.957.467,37

RESTOS A PAGAR (2017 - 2021)



NOVO REGIME FISCAL

(EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N° 88/2016)

LIMITES MÁXIMO
12,29 BILHÕES

VALOR APURADO
11,3 BILHÕES

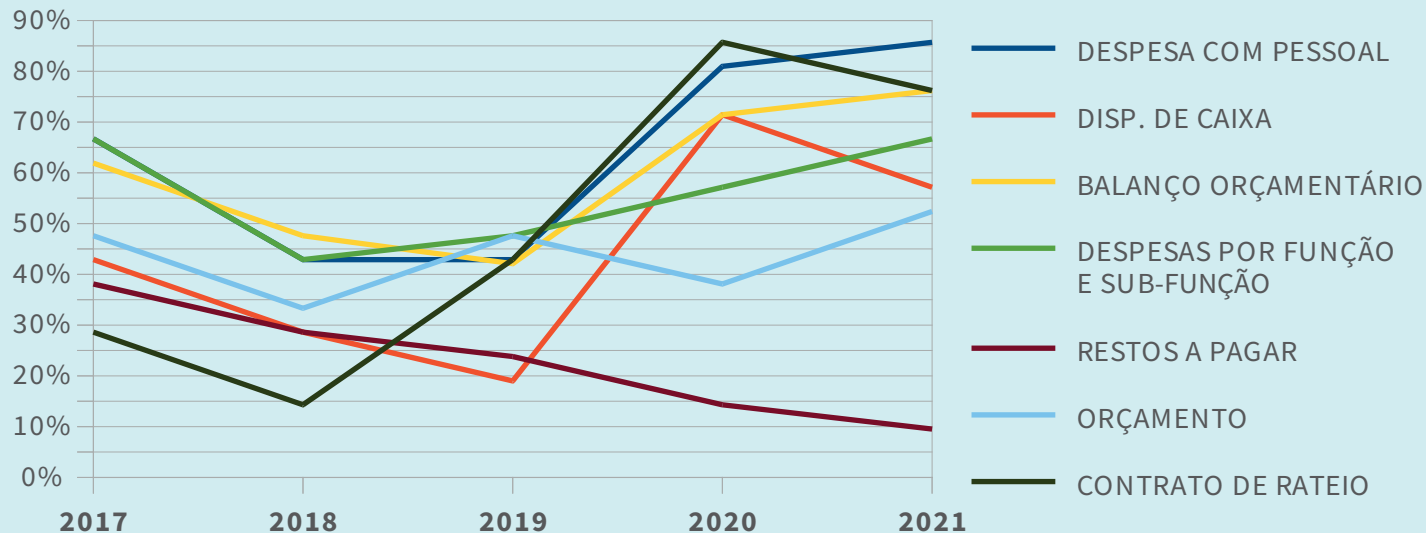
5

TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA	SITUAÇÃO
1. Gestão Fiscal (LRF)	Os instrumentos (RREO e RGF) de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal foram publicados dentro nos termos da legislação, com exceção do RGF 3º quadrimestre e do RREO último bimestre, que, foram republicados com dados definitivos após expirado o prazo legal.
2. Disponibilização de informações do setor público (Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12527/2011)	Sem ressalvas
3. Possibilidade de acesso a dados abertos	Publicação de vários conjuntos de dados em formatos adequados de acesso, entretanto há uma necessidade de disponibilização de bases de dados referentes a outros temas prioritários ou oriundos de outras Secretarias, além de SEFAZ e SEPLAG
4. Publicação de dados de Consórcios Públicos de Saúde	Necessidade de aprimoramento no cumprimento das regras de transparência e publicidade dos Consórcios Públicos de Saúde, previstas na Portaria Conjunta CGE/SESA nº 01/2020 e da Portaria STN nº. 274/2016.
5. Apresentação da Execução do Plano Plurianual PPA 2020-2023	Em cumprimento ao disposto no §9º do art. 14 da Lei do PPA 2020-2023, a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG disponibilizou uma consulta pública de acompanhamento, bem como um monitoramento, avaliação e revisão do desempenho do PPA no exercício. Entretanto, há necessidade de que as publicações do monitoramento e da avaliação do PPA sejam realizadas no prazo estabelecido no art. 14. §§7º e 9º, da Lei nº 17.160/19.

EVOLUÇÃO DA TRANSPARÊNCIA NOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE DE 2017 A 2021(*)



(*) Dois portais de consórcios públicos (Canindé e Sobral) indisponíveis;
Fonte: Relatório Técnico nº 269

O Governo do Estado do Ceará disponibilizou informações sobre o COVID-19: **<https://coronavirus.ceara.gov.br/>**

No portal Ceará Transparente, foram publicadas as principais informações relacionadas no enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Ceará.

6

**AVALIAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS
SOBRE O ATENDIMENTO DAS
RECOMENDAÇÕES EMITIDAS**







CONSOLIDAÇÃO DAS RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES



42

RECOMENDAÇÕES
REMANESCENTES
DE EXERCÍCIOS
ANTERIORES

7

IDENTIFICADAS
PELA DIRETORIA
DE CONTAS DE
GOVERNO EM
2021

15

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESPECIAL JUNTO A
ESTE TRIBUNAL

5

ACRESCENTADAS
PELA RELATORA

69

RECOMENDAÇÕES